

'Estou no limite da minha dignidade': brasileira com doença degenerativa vai à Suíça para suicídio assistido

Category: BRASIL,GERAL

escrito por Maria Luiza | 17 de abril de 2026



Na Suíça, casos de suicídio assistido seguem um protocolo: após a morte, a polícia vai até o local para verificar a documentação, confirmar que houve consentimento livre e atestar a legalidade do procedimento. O corpo é então encaminhado para perícia e, posteriormente, cremado.

O acesso, no entanto, exige o cumprimento de uma série de critérios médicos e legais, além de um custo que gira em torno de R\$ 65 mil (11 mil francos suíços).

Diagnóstico e perda de autonomia

Célia construiu a vida em torno da universidade e das artes. Mestre em Multimeios pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), se formou também em Ciências Sociais e seguiu na área acadêmica, entre aulas, orientação de alunos e gestão de cursos de Comunicação.

Em 2025, aos 67 anos, recebeu o diagnóstico de uma doença neurodegenerativa que afeta o segundo neurônio motor –condição que compromete progressivamente os movimentos e a fala, mas

preserva a consciência. O corpo começa a falhar enquanto a percepção do que está acontecendo permanece intacta.

“Eu não queria ficar totalmente dependente, presa numa cama, ligada a aparelhos”, disse, em vídeo gravado para as redes sociais.

Nos últimos meses, a perda de autonomia deixou de ser uma possibilidade futura e passou a organizar a rotina. “Hoje eu preciso de três pessoas para me levarem no banheiro: uma me levanta, uma tira minha roupa, outra me ajuda a sentar”, relata.

“Eu estou no limite da minha dignidade.”

A decisão de interromper a própria vida foi construída ao longo desse processo.

“Eu decidi lutar pelo meu direito de ter uma morte digna.”

Um direito que não existe

No Brasil, não há legislação que autorize qualquer forma de morte assistida. O conceito engloba tanto o suicídio assistido –quando a própria pessoa administra a substância– quanto a eutanásia, em que um profissional realiza o procedimento. Nenhuma das duas práticas é permitida.

Na avaliação da advogada e especialista em direito médico Luciana Dadalto, presidente da associação “Eu Decido”, essa ausência de regulamentação impede qualquer caminho formal para quem deseja esse tipo de escolha. A entidade atua na defesa da autonomia do paciente em decisões de fim de vida.

Sem protocolos, instituições ou respaldo legal, o tema permanece no campo teórico ou, no máximo, em discussões pontuais no Judiciário, ainda sem casos consolidados no país.

Único destino possível

Diante desse cenário, quem decide seguir por esse caminho precisa sair do país – e há, na prática, um único destino possível.

A Suíça é hoje o único país que aceita estrangeiros não residentes no modelo de suicídio assistido, o que transforma uma decisão individual em um processo que envolve planejamento, deslocamento internacional e custo elevado.

No caso de Célia, isso significou meses de preparação, com a reunião de documentos, laudos médicos e traduções, além do cumprimento de exigências formais das organizações responsáveis pelo procedimento.

Em alguns momentos, segundo ela, foi necessário omitir o objetivo final da viagem para conseguir avançar nas etapas burocráticas.

O rito

O modelo suíço permite apenas a forma auto administrada do procedimento. Isso significa que é a própria pessoa quem realiza o ato, após cumprir critérios que incluem a comprovação de uma condição grave, incurável ou irreversível e a avaliação da capacidade de decisão.

O processo começa ainda no país de origem, com a definição da data. Ao chegar à Suíça, o paciente deve permanecer por um período mínimo antes do procedimento, quando passa por avaliações médicas e psiquiátricas independentes. No dia marcado, o medicamento é prescrito e retirado em farmácia, com identificação formal.

A partir daí, o tempo passa a ser determinado pela própria pessoa. É comum que familiares acompanhem e que o momento inclua escolhas individuais, como ouvir música, conversar ou

permanecer em silêncio.

Quando decide, a pessoa ingere a substância diluída em água. A morte ocorre em poucos minutos.

Após a morte, o processo segue sob supervisão das autoridades. A polícia é acionada, verifica a documentação, analisa a ausência de coação e confirma que a decisão partiu da própria pessoa.

Só então o caso é considerado regular e segue para os trâmites legais, incluindo perícia e cremação.

O custo do processo – cerca de R\$ 65 mil, sem incluir viagem e hospedagem – impõe barreiras significativas. O acesso ao suicídio assistido no exterior fica restrito a quem consegue arcar com todas as etapas envolvidas.

“Eu sou uma privilegiada, porque isso é muito caro”, disse Célia.

Debate em movimento

Enquanto o Brasil mantém a proibição, outros países da América Latina começam a avançar.

O Uruguai regulamentou na quinta-feira (16) a lei que permite a eutanásia para pacientes com doenças graves, incuráveis e irreversíveis, mediante critérios médicos e psicológicos e manifestação expressa do paciente. O procedimento, no entanto, é restrito a cidadãos e residentes no país.

Na região, decisões judiciais em países como Colômbia, Equador e Peru também vêm abrindo espaço para práticas relacionadas à morte assistida, ainda que em modelos distintos e sob diferentes níveis de regulamentação.

O tema segue em debate, com variações importantes entre os países.

A escolha, no fim

Nos dias que antecedem o procedimento, Célia decidiu fazer turismo. Visitou museus, caminhou pela cidade e foi a restaurantes. “Eu fiquei tranquila porque sabia que não ia ficar presa numa cama”, afirma.

A decisão, diz, foi construída ao longo do tempo, a partir da forma como entende dignidade e autonomia. “Eu quero uma morte sem dor.”

Antes de se despedir, deixou um recado que ultrapassa a própria história:

“Lutem por esse direito no Brasil. Não é uma obrigação. É uma escolha.”

Fonte: g1 e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso
17/04/2026/07:13:40

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](tel:5511984046835)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

*Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](tel:5511984046835) (Claro)
- Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com*

[5 erros que iniciantes cometem ao comprar criptomoedas](#)